

O RELATÓRIO ROLLEMBERG

Veja como ficou a situação de não-parlamentares citados no documento

Saiba como ficou a situação de alguns dos mencionados no relatório parcial do deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP):

José Carlos Alves dos Santos — Ex-assessor da Comissão Mista de Orçamento e ex-diretor do Departamento de Orçamento da União. Confessou ter recebido vantagens indevidas por ter ajudado parlamentares a fraudar o Orçamento, sob instruções diretas dos deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e João Alves (sem partido-BA). O relatório conclui que José Carlos cometeu crimes de corrupção passiva, enriquecimento ilícito e usurpação dolosa de função pública. As provas serão anexadas aos processos criminais abertos contra ele.

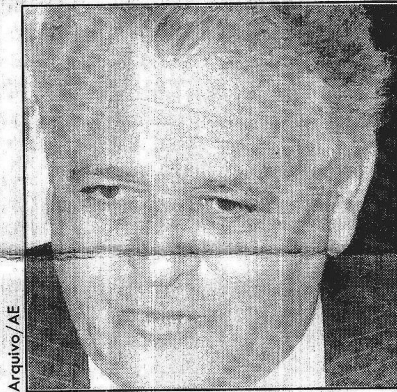
Manoel Ailton Soares Reis (executivo da Odebrecht) — Gerenciava interesses políticos da empreiteira em Brasília. A CPI apurou que ele montou um esquema de acompanhamento da tramitação de emendas no Congresso e a consequente liberação de verbas. O relatório sugere que seja processado por perjúrio e corrupção ativa.

Margarida Procópio (ex-ministra

da Ação Social no governo Collor) — Teve o nome encontrado no material apreendido na residência de Ailton Reis. A CPI encontrou várias “cartas-padrão” ou “ofícios de priorização” enviados pela Odebrecht à

então ministra, em nome de prefeituras e governos estaduais. Em depoimento, confessou que recebia listas de entidades que deveriam receber subvenções diretamente de parlamentares da Comissão de Orçamento. A CPI não pôde analisar a sua variação patrimonial e nem bancária. O relatório sugere a continuidade das investigações pelo MP.

Henrique Hargreaves (ex-ministro da Casa Civil do governo Itamar) — Citado por José Carlos Alves dos Santos como integrante do esquema de corrupção do Orça-



Arquivo/AE

Hargreaves: na Receita.

mento, foi investigado pela CPI e teve o sigilo bancário quebrado. O depoimento que prestou e as investigações, porém, demonstraram a improcedência das acusações, segundo o relatório de Rollemberg.

Embora concluindo pela inexistência de irregularidades, o relatório sugere o encaminhamento da documentação à Receita.

Normando Leite Cavalcanti (dono da consultoria Seval) — Atuava como lobista junto aos ministérios em defesa de interesses de prefeituras, recebendo comissão pelos serviços. Em depoimento à CPI, reconheceu manter relacionamento com os deputados João Alves e Cid Carvalho. As provas obtidas serão remetidas ao MP.

Walter Annichino (ex-secretário nacional de Saneamento no gover-

no Collor) — Gerenciador de um orçamento anual de US\$ 1,8 bilhão, foi investigado pela CPI sob a suspeita de vínculo com a máfia do Orçamento, que “carimbava” a aplicação de recursos da sua Secretaria. Não explicou a origem de diversos depósitos em sua conta. O relatório recomenda o encaminhamento das provas ao MP.

Ramon Arnus Filho (ex-secretário nacional de Habitação no governo Collor) — Citado por José Carlos Alves dos Santos como participante do esquema de corrupção no Orçamento, não explicou a origem da elevada movimentação bancária que ostentou no exercício do cargo. A CPI recomenda a remessa do caso para o MP.

Carlos Chiarelli (ex-senador e ex-ministro da Educação no governo Collor) — A CPI encontrou irregularidades nas declarações de renda de 1990, quando assumiu o cargo, até 1992, quando deixou o governo. Mas as investigações constataram que os rendimentos declarados por ele são compatíveis com sua movimentação financeira. Apesar disso, o relatório sugere investigações pelo MP.